

Câmara do Porto remeteu auditoria feita ao Museu da Imprensa para o Ministério Público

written by O Cidadão | 16 de Dezembro, 2023



A informação foi avançada ontem pelo representante do município do Porto, Vasco Ribeiro, na assembleia-geral ordinária da AMI, durante a qual foi apresentada uma proposta da autarquia **com vista à dissolução da própria associação.**

Consultada pela Lusa, a auditoria realizada a pedido da câmara, que em junho de 2022 **assumiu a direção do Museu Nacional de Imprensa, Jornais e Artes Gráficas**, conclui que os indicadores *“denotam uma situação financeira desequilibrada”*.

Durante a reunião, o ex-diretor da associação e representante do Centro de Formação de Jornalistas (CFJ), Luiz Humberto Marcos, considerou que face à natureza do relatório deveria ter sido dado *“o direito de contraditório”* aos membros da anterior direção que, referiu, *“não tiveram oportunidade de se pronunciar”*.

Em resposta, o presidente demissionário do museu, Nuno Lemos, assegurou ter dado, em janeiro, conhecimento do relatório ao conselho fiscal da AMI.

O documento, que analisa a situação financeira e contabilística da associação entre 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, esclarece a AMI não possuía servidor próprio e que os ‘softwares’ de apoio a atividade, incluindo o contabilístico, constava do servidor do **Instituto de Multimédia**.

Esse servidor, refere o relatório, terá sido alvo de um ataque informático, “*tendo sido perdida informação relevante*”, entre a qual os dados contabilísticos da AMI relativamente aos anos de 2020 e 2021.

No decorrer da análise, produzida pela Mazars & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, foram identificados “*saldos relevantes*” entre Luiz Humberto Marcos e o Instituto Multimédia.

“*A CFJ deve à AMI o valor de 40.460 euros (...) A AMI tem um saldo credor a CFJ / Instituto Multimédia de 140.755,40 euros e Prof. Dr. Luiz Humberto de 18.329,64 euros*”, lê-se.

O relatório indica ainda que foi identificado um saldo da entidade “*MMF – Esplanada, Lda.*”, no valor de 10 mil euros, relacionado com a caução prestada por aquela entidade, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos celebrado com a AMI, para a instalação de um restaurante no terraço do museu.

“*Todavia, não confirmamos que a cedência de parte do contrato de concessão celebrado entre a AMI e “MMF – Esplanada, Lda.” seja compatível nos termos da cláusula terceira da escritura de 20 de junho de 1994*”, data em que o município cedeu o direito de superfície, a título gratuito pelo prazo de 70 anos, à associação.

À data da auditoria existiam ainda passivos no valor de 12.450 euros relacionados com menções honrosas e prémios do “*Porto Cartoon*”, alguns dos quais remontam à edição de 2018.

“*O passivo ajustado é de 196.610 euros*”, refere o relatório,

que discrimina ainda passivos relacionados com fornecedores, pessoal e outros.

O documento destaca também a visita realizada em julho de 2022 pelos Sapadores do Porto para aferir as condições de segurança e que concluiu que *“o sistema automático de deteção de incêndio estava inoperacional”* e que o museu não tinha *“medidas de autoproteção”*, tendo a assembleia-geral da associação decretado o seu encerramento a **5 de agosto de 2022**.

Simultaneamente, o relatório conclui *“não existir em balanço o registo do espólio recebido”*.

“A AMI não tem propriamente um sistema de inventário e um manual de procedimentos relacionados com o acervo”, revela, acrescentando que a associação dispõe *“de uma listagem em ‘Word’ e ‘Excel’ (...) que não constitui um sistema robusto e adequado à gestão de museu”*.